PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SANTO ANTÔNIO
Ata da 43ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de Fevereiro de 2016.

Em 18 de fevereiro de 2016, reuniu-se o Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itabira– MG. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: **Anderson Lino, Dartson Fonseca, Franciane Assis, Edson Paiva, Tiago Alves, Rone Silva, Ivan Neto e Rander Tostes; salvo as justificativas de Rosimélia Pimenta, e Antônio Hissa- Representantes do segmento Usuários; Renata Guerra, Tereza Silveira, Felipe Pedro, Carlos Humberto Cruz, Maria da Conceição Andrade e Patrícia Thomaz; salvo as justificativas de Flávia Pantuza e Lucas Miyahara- Representantes do segmento Sociedade Civil; Sarah Viguetti, Rita Quintão, Carlos Oliveira, Ruderson Carvalho, Rômulo Souza, Mariana Ribeiro, Gisleno Castro e Ezio Morais; salvo as justificativas de Nivaldo Santos e Marluce Duarte- Representantes do segmento Poder Público Municipal; Stefani Matos, Júlio César Gomes e Adriana Papatella; salvo as justificativas de Fábio Pinheiro e Nissan Félix- Representantes do segmento Poder Público Estadual.** Assuntos em Pauta: **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO. 2) ABERTURA PELO PRESIDENTE DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SANTO ANTÔNIO, Sr. FELIPE BENÍCIO PEDRO.** O Presidente Sr. Felipe Pedro abriu a 42ª Reunião Ordinária do Plenário do CBH Santo Antônio e o secretário adjunto Sr. Tiago Alves, fez a leitura do expediente e das deliberações do dia. Foi aberta aos conselheiros a inserção de outros assunto para serem discutidos, acrescentando os itens: 5c) Posicionamento do Estado quanto ao programa de recomposição de APP's e nascentes-P52; 5d) Apresentação do Plano de Ação Emergencial/PAE- Anglo American. **3) DELIBERAÇÕES. a) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DA 39ª, 40ª e 42ª REUNIÕES ORDINÁRIAS E 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA- CBH SANTO ANTÔNIO.** Secretário Tiago (Anglo American) colocou em votação a aprovação das 4 atas em bloco (39ª, 40ª e 42ª

reunião Ordinária e 12ª Reunião Extraordinária do CBH Santo Antônio) a Conselheira Patrícia Generoso (FONASC) discordou da aprovação em bloco e destacou que tratava-se e aprovação de 4 atas e não de 01 ou 02 atas como comumente ocorre. Destacou que deveria haver minimamente a identificação da Ata, com data, local em que foi realizada a reunião e os assuntos tratados deveriam ser identificados antes da aprovação. Em deliberação a plenária aprovou a votação das atas em bloco. Patrícia (Fonasc) solicitou e foi discutida a Ata da 12ª Reunião Extraordinária. A conselheira manifestou seu inconformismo com o termo que constou da ata no que pertine ao trecho que descrevia que este comitê corroborou com a metodologia do Programa de Proteção de Nascente e Matas Ciliares das cabeceiras dos Rios Santo Antonio apresentada pela Anglo American em cumprimento a compromisso assumido com o Ministério Público. Descreveu ainda que não houve debate sobre a metodologia apresentada pela Anglo American com os conselheiros e que por isso não poderia constar na ata o termo “corroborou com a metodologia apresentada pela Anglo American” . A conselheira descreveu ainda que por ocasião da 12 Reunião Extraordinária já havia manifestado a preocupação com os itens de pautas que estavam sendo inseridos sem o conhecimento prévio da finalidade da inclusão de tais itens e sobretudo com o fato que os a pauta não deixava claro os itens que seriam objeto de debate e deliberação. Descreveu, que desde a 12ª Reunião Extraordinária deixou claro que não haveria nenhuma aprovação do programa apresentado pela empresa sobretudo porque o programa sequer havia sido disponibilizado em data anterior à referida reunião para conhecimento dos conselheiros, não havendo, pois, como ter havido aprovação da metodologia. Thiago Colocada em votação a redação da Ata da 12ª Reunião Extraordinária na forma como está. (Tiago) Aprovada com um voto contrário da a Conselheira Patrícia (Fonasc) votou contrário a manutenção da forma como está a Ata da 12ª Reunião Extraordinária referente ao comitê ter corroborado com o metodologia apresentado no Projeto de Proteção de Nascente e Matas Ciliares das cabeceiras do Rio Sano Antônio. As atas foram apresentadas

separadamente e aprovadas, sem ressalvas, por unanimidade (exceto a ata da 12ª Reunião Extraordinária, não sendo aprovada pela conselheira Patrícia Thomaz-FONASC). **b) RECOMPOSIÇÃO DAS CADEIRAS DA PLENÁRIA- IGAM. Jeane Maia (IGAM)** apresentou uma Deliberação Normativa como proposta de um processo de eleição simplificado para recompor as cadeiras vagas neste conselho, justificando que, em caso de exclusão de representantes do Comitê, este tem que recompor as vagas em aberto. O processo será simplificado, levando em consideração que o mandato dos representantes ainda está em vigência, pois tem durabilidade de 4 (quatro). Serão disponibilizadas 4 vagas para o segmento Poder Público Estadual e 3 para o segmento Sociedade Civil, desde que as entidades sejam legalmente constituídas com ação comprovada na área territorial desta Bacia, tenham interface com proteção do meio ambiente ou gestão dos recursos hídricos. Foi questionado se não haviam entidades cadastradas, em situação de espera, para ocuparem estas vagas, porém, Jeane informou que na lista de espera só há entidades do Poder Público Municipal. O presidente, **Felipe Pedro**, ressaltou que o Comitê está se reunindo pelo quórum, e não pela paridade, e que esta situação precisava ser regularizada. Após discussões decidiu-se que a DN será publicada no site do Comitê, e este aguardará a manifestação das entidades em recompor as vagas, caso não sejam recompostas, o comitê poderá convidar entidades. Sugeriu-se também que houvesse a atualização do controle de frequência, para que, caso fosse necessária a exclusão de mais entidades, o Processo já contemplasse estas vagas. Em contrapartida, relembraram que para o processo de exclusão feito anteriormente, as entidades foram notificadas quanto as suas faltas e sua exclusão, e questionaram se desta vez não seria assim. **Patrícia Thomaz** expôs que em diversas reuniões discutiu-se sobre a exclusão dos membros, antes da consumação, disse ser a favor da legalidade, da exclusão automática dos membros. Os conselheiros votaram sobre aprovação do processo eleitoral simplificado com a minuta, considerando a exclusão automática de membros faltosos até a data desta reunião, aplicando o regimento na íntegra, sendo aprovado por unanimidade. As

entidades que já foram excluídas pela plenária terão a oportunidade de voltar ao comitê, por manifestação própria, sem convite do Comitê. A Deliberação Normativa em questão será validade a partir da data de publicação (18/02/2016). A deliberação finalizada estará disponível no site do Comitê (*www.cbhsantoantonio.org.br*). **4) APRESENTAÇÕES. a) RESULTADOS DA MISSÃO MARIANA. Felipe Pedro** Relatou que a "Missão Mariana" surgiu a partir do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. Em uma reunião do CBH Doce, decidiu-se que seria feita uma visita ao local da tragédia, onde os comitês afluentes indicaram membros para participarem da visita. Segundo o mesmo, a reunião foi proveitosa, tendo um desabafo dos participantes, sobre o ocorrido. Visitaram o local onde houve o derramamento da lama (Bento Rodrigues, Barra longa, Rio Doce, Usinas Risoleta Neves e de Candom). **Tereza Silveira (ADAFF)** relatou sua visão quanto à visita à região de Mariana, expondo que a situação era mais grave do que o noticiado, os moradores nem sempre demonstravam que eram da região. Ficou chocada com tudo que viu. **Juliana Vilela (IBIO)** explicou que está sendo construído um relatório sobre o acidente, e assim que estiver finalizado, será divulgado. Ressaltou que a Missão Mariana encerrou-se com a visita técnica no local do acidente, mas as ações relacionadas ao rompimento da barragem continuam, como por exemplo participação dos membros nas forças tarefas (nacional e estadual), reunião com IBAMA, IGAM, SAMARCO, entre outras. O relatório traz todo o acompanhamento que vem sendo realizado pós-desastre. Não há um representante específico do Santo Antônio acompanhando as forças tarefas, mas 2 membros do CBH Doce, um deles é do CBH Piracicaba (bacia onde ocorreu o desastre) e a diretoria colegiada do Doce participa destas ações. **Felipe Pedro** comentou que houve uma reunião, no dia 22 de dezembro, com a Ministra de Meio Ambiente, onde esta apontou que a Samarco receberia uma multa de cerca de 22 milhões de reais para que este valor seja voltado para a recuperação total da Bacia. Houve uma grande dificuldade para inserir membros do CBH Doce junto à força tarefa, o sentimento era de exclusão quanto às decisões que seriam tomadas. **Juliana Vilela** acrescentou que nas

primeiras reuniões logo após a tragédia o ímpeto dos comitês era estar envolvido diretamente neste processo, pois o sentimento de exclusão era real, os órgãos estaduais e federais não estavam incluindo os comitês no processo. Então, a primeira batalha que o comitê travou foi ir a estas instancias e se mostrarem presentes. Com estas lutas, inseriram representantes dos comitês e da agencia de bacia nesta força tarefa para poder acompanhar de perto. **Patrícia Thomaz** enfatizou que o Comitê deve buscar o protagonismo, visto que a nossa Bacia exerce papel fundamental para a recuperação da Bacia do Doce, com diversidade de espécies, inclusive endêmicas. Solicitou que a Agência ajude o Comitê neste quesito. Aproveitou para manifestar-se sobre uma denúncia recebida, de assoreamento e rompimento de uma pequena barragem no município de Conceição do Mato Dentro, e do risco que isto representa para o rio Santo Antônio e que queria se manifestar nos assuntos gerais. **Juliana Vilela** respondeu que uma das maiores causas que o comitê vem defendendo é trabalhar os seus afluentes como a principal alternativa para a recuperação do rio Doce. **Gisleno Castro (Belo Oriente)** enfatizou a necessidade de mostrar representatividade do Comitê. **5) INFORMES E ASSUNTOS GERAIS. a) ANDAMENTOS DO P52. Felipe Pedro** informou que o projeto vem sendo construído desde janeiro do ano anterior e o Comitê está sofrendo cobranças por ainda não ter iniciado a execução deste. A justificativa sobre o programa ainda não ter sido executado leva em consideração que o Governador do estado informou que a Agência de Bacia necessita ser avaliada, desta forma, a agência não pode realizar nenhum investimento. A publicação do edital para licitação de empresa para realizar o programa foi vetada, pois conta como investimento. **Fabiano Alves (IBIO)** expôs que seria contratada uma empresa para fazer o cercamento e um consultor para o georreferenciamento e validação dos trabalhos. O edital seria lançado em janeiro, porém, com a informação do "contingenciamento" dos recursos, não foi possível lança-lo. Espera-se que até abril os recursos sejam liberados para investimento. Explicou também que o IBIO, todos os anos, apresenta uma prestação de contas de todas as ações com o uso dos

recursos da cobrança, porém, o IGAM só avaliou os relatórios dos primeiro e segundo semestres de 2012. Durante a avaliação dos próximos relatórios foi suspenso o contrato, sendo impedidos de repassar recursos para investimentos ou firmar novos contratos, só poderá continuar com os contratos vigentes. Os conselheiros manifestaram preocupação quanto à data que o P52 terá continuidade, levando em consideração que 2016 é um "ano político", o que pode intervir na execução deste. **Ruderson Carvalho (Senhora do Porto)** sugeriu que os prefeitos sejam comunicados sobre as etapas deste programa, para que possam dar um parecer aos que se cadastraram e carecem de informações. A diretoria se responsabilizará por encaminhar um comunicado a todas as prefeituras contempladas no programa, informando sobre os procedimentos. A Câmara Técnica de Planejamento e Projetos (CTPP) deste comitê se reunirá para acertar os últimos detalhes do edital, para que, assim que o recurso for liberado, o edital seja lançado. **b) MANIFESTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SOBRE O PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA. Felipe Pedro** explicou que quando foi discutido o PAP, foi alocado recurso federal para a Educação Ambiental. Como os municípios estão tendo o Plano Municipal de Saneamento Básico- PMSB, o comitê propõe aos conselheiros que, baseado na realidade de cada município, seja construído um projeto e educação ambiental. Enfatizou que na descrição dos PMSB's a educação ambiental é contemplada, sendo assim, surgiu uma duvida quanto a quem desenvolveria este projeto, se seria a própria FUNEC ou o Comitê. Discutiu-se sobre a efetividade deste programa, sendo que, deverá ter características de cada município, seguindo um parâmetro. Sugeriram então a contratação de uma empresa que seja especializada, com planos e diretrizes, comparadas ao PMSB. **Ruderson Carvalho** exemplificou, apresentando a ajuda que o município de Senhora do Porto recebeu deste Comitê para realizar o "Seminário na Usina", que foi um seminário simples, para que os participantes compreendessem como era realizada a disposição dos resíduos. Enfatizou que um plano seria muito burocrático, e este Seminário, mesmo sem plano, funcionou. **Sarah Viguetti (Morro do Pilar)** reforçou

a necessidade de que seja contratada uma empresa especializada no assunto, com edital contemplando todas as etapas a serem seguidas. Durante as discussões, os membros mencionaram sobre como esta sendo feita a execução do PMSB. **Tereza Silveira (Ferros)** relatou insatisfação na execução deste. **Ruderson Carvalho** e **Sarah Viguetti** demonstraram satisfação, acrescentando ainda que o plano não está sendo melhor, por desinteresse da população local. A continuação da discussão sobre o programa de educação ambiental será levada para a reunião da CTPP, e retornará à plenária em uma próxima oportunidade. **c) POSICIONAMENTO DO ESTADO QUANTO AO PROGRAMA DE RECOMPOSIÇÃO DE APP'S E NASCENTES-P52.** Item não discutido. **d) APRESENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL/PAE- ANGLO AMERICAN.** Item não discutido. **e) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS. Patrícia Thomaz** propôs que fosse redigido um documento, reconhecendo a importância que o Rio Santo Antônio possui para a recuperação do Rio Doce. Propôs também a realização de uma expedição na bacia, destacando a realidade do Rio, apresentado o que ele tem de bom e seus problemas. Ressaltou sobre uma denuncia sobre degradação que ocorreu na Bacia, em Conceição do Mato Dentro. No mês de maio de 2015 ocorreu um carreamento onde a empresa (Anglo American) foi notificada e autuada e na qual foi obrigado cumprir um PRAD. Nós moradores da região do gondó como leigos ficamos a princípio ´´tranquilos´´ imaginando ter como resolvido aquela situação. No entanto no mês de dezembro de 2015 ocorreu mais um carreamento turvando todas as águas daquele trajeto. Reclamamos e fizemos ocorrência novamente na policia militar ambiental de Minas Gerais . Porém no 28 de janeiro de 2016 quando chegamos na propriedade citada (do Sr. José Bernardo) nos deparamos com um grande carreamento onde estourou um barramento da propriedade deixando um grande volume de minério espalhado por todo leito do córrego e pelas vargens que o margeiam transpassando pra mais três propriedades abaixo e só não desceu até chegar no rio Santo Antônio porque foi contido na barragem de uma propriedade logo abaixo. E quando falamos de grande quantidade é num volume muito alto mesmo, é de toneladas de

minério. Estamos reclamando hoje da nossa pequena propriedade mas estamos muito preocupados pois estamos a aproximadamente a 500 mt do empreendimento e mais ou menos 2000 mt do rio Santo Antônio. **Irineu Saldanha (Ouvinte externo)** relatou que o terreno de seu sogro, está a aproximadamente 500 metros do empreendimento Anglo American, na vertente oeste, onde, nas condicionantes, não podia haver nenhum carreamento, porém ocorreu no mês de maio de 2014, o que acarretou numa denúncia, gerando multa ao empreendimento. Desta forma, esta devia realizar um Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, o que tranquilizou os atingidos. Em dezembro de 2014 ocorreu outro evento e em janeiro deste ano, um rompimento de barragem, gerando carreamento de minério. O carreamento só não chegou ao rio Santo Antônio devido ao fato de que a jusante da propriedade de seu sogro há outra que possui uma barragem. Relatou seu medo caso a barragem que está segurando o rejeito se rompa posteriormente e chegue ao Rio Santo Antônio, visto que uma água turva já chega ao rio. **Tereza Silveira** relatou sobre uma enchente que ocorreu no município de Ferros, no fim de janeiro deste ano. A população cogitou a possibilidade de o ocorrido ter sido consequência do rompimento de alguma barragem à montante do trecho do rio que corta a cidade. Solicitou informações sobre as barragens existentes nesta Bacia. **Felipe Pedro** informou que a solicitação já foi feita ao Departamento Nacional de Produção Mineral- DNPM, e em resposta, alegaram que, pela falta de funcionários, não enviaram o solicitado, porém, posteriormente iriam encaminhar. **Patrícia Thomaz** sugeriu um posicionamento do Comitê quanto à denúncia feita. Voltaram à discussão sobre a atualização do controle de frequência, observando se alguma entidade já estaria excluída, segundo o regimento interno (2 faltas consecutivas ou 3 alternadas). Apresentou-se a situação do Instituto Estadual de Florestas- IEF, onde o suplente que participava das reuniões veio a óbito, totalizando 3 faltas consecutivas para a entidade, desta maneira, por unanimidade, decidiu-se que a entidade não seria exclusa, mas seria necessária a nomeação de um novo representante. Nenhuma outra entidade estava apta a ser excluída. Retornando ao assunto da

denúncia, **Tiago Alves (Anglo American)** explicou que esta partiu da própria empresa, e que se trataria de um processo erosivo não diretamente ligado ao empreendimento, sendo não previsível. . Explicou que, por causarem impactos, empreendimentos são licenciados, e esta serve para mitigar e controlar os danos. O dano ambiental causado está sendo mitigado através de um PRAD encaminhado pela SUPRAM. É um processo lento e gradual. Relatou sobre o evento ocorrido, ressaltando os dias de chuva torrenciais tanto em Ferros, quanto em Conceição do Mato Dentro (Chuvas com tempo de recorrência de 10 ou 15 anos), afetando os processos erosivos, gerando o carregamento adicional. Explicou que o ocorrido não tem ligação com a barragem de rejeitos do empreendimento. Este está realizando todas as medidas mitigadoras que a cabe para amenizar a situação. **Sarah Viguetti** sugeriu que o cronograma do PRAD seja apresentado ao Comitê, para acompanhamento e conhecimento. Tiago Alves acatou o pedido da conselheira Sarah e levará à plenária, em uma próxima oportunidade, o cronograma em questão.

6) ENCERRAMENTO. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Felipe Pedro declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Sr. Felipe Benício Pedro
Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio

Sr. Nivaldo Ferreira dos Santos
1º Secretário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio